

CPI DA CORRUPÇÃO: Movimentação de ministros garante retirada de assinaturas e deve beneficiar ACM e Arruda

Em 24 horas, governo abafa a CPI

Fotos de Márcia Gouthier

CARMEN KOZAK E
HELAYNE BOAVENTURA

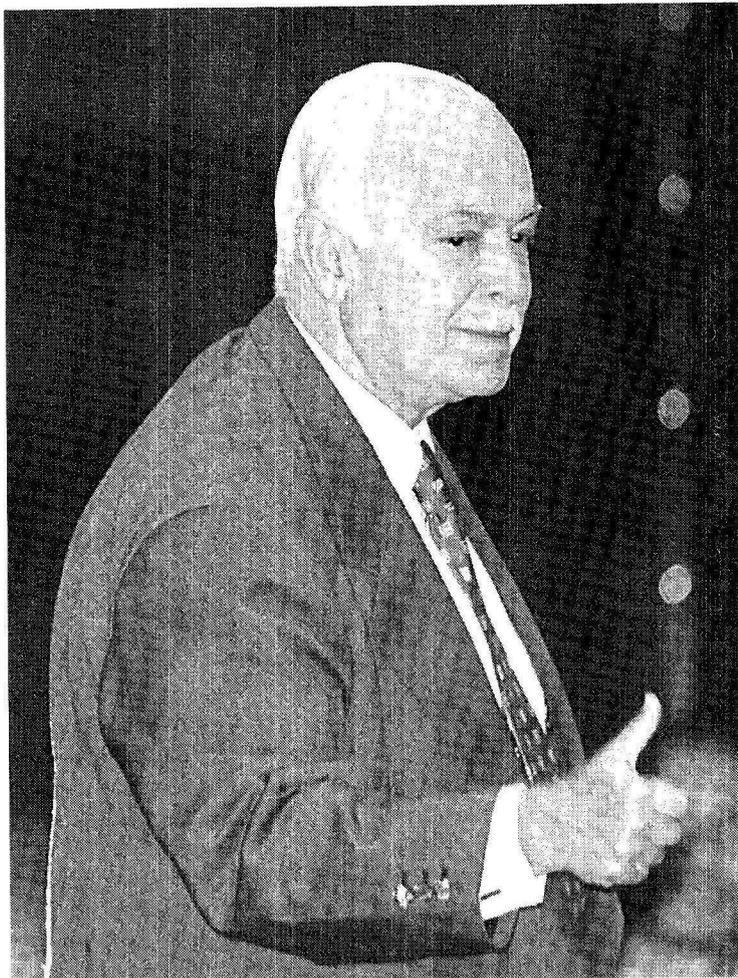
BRASÍLIA - Foram necessárias menos de 24 horas para o governo e seus líderes no Congresso afastarem a ameaça de uma CPI da Corrupção. Pouco antes de meia-noite, o deputado Jutahy Magalhães (PSDB-BA), líder do governo, apresentou no gabinete do senador Jader Barbalho, presidente do Congresso, uma lista com 20 parlamentares que retiraram seus nomes do requerimento da oposição pedindo a abertura da CPI. Com isso o pedido será arquivado.

O líder informou que tinha ainda outra lista, com mais 15 parlamentares, que autorizaram a retirada de seus nomes se isso fosse necessário.

No início da noite, os governistas já alardeavam que poderiam chegar a 30 desistências. O número não estava fechado porque os membros da base aliada só apresentariam as cartas de retirada de assinatura minutos antes do horário limite: meia-noite.

Triangulação - A operação para sepultar a CPI foi feita a partir de uma triangulação. O governo atuou nas nomeações e liberações de emendas parlamentares, o senador Antonio Carlos Magalhães determinou a retirada de assinaturas de cinco integrantes de sua bancada e o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) adiou a sessão do Congresso quando devia (anteontem) e convocou-a no momento certo (ontem). Pela primeira vez, governo, ACM e Jader voltaram a falar a mesma língua.

Ontem, o sinal mais evidente de que o tripé ACM-JADER-FHC estava atuando em conjunto partiu de ACM. Com o que denominam de "gesto de boa vontade", os carlistas esperam sensibilizar o PMDB de Jader Barbalho e o PSDB de Fernando Henrique Cardoso para a contrapartida: salvar a pele do líder baiano. Em Corumbá, o presidente se referiu a um "linchamento precipitado de senadores", uma alusão à situação de



Acordo para evitar a CPI pode favorecer os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL) e José Roberto Arruda (sem partido)

Antonio Carlos, Arruda e também Jader. No PMDB, Barbalho anunciou que deixa a presidência nacional do partido na terça-feira, dando lugar ao vice-presidente, senador Maguito Vilela (GO), que ontem à noite estava na contabilidade do governo como um dos que retirariam do requerimento.

Seguindo à risca a determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso, desde quarta-feira os ministros e líderes governistas se dedicaram a telefonemas e audiências com parlamentares. O exemplo típico do balcão saiu do PSDB de FH. O deputado Dino Fernandes (PSDB-RJ) assumiu que deixaria de apoiar a CPI para ver atendidos os pedidos de ver-

ba para a área de saneamento básico e de construção de quadras esportivas nos municípios da sua base eleitorais. Em jogo, R\$ 800 mil em emendas para Magé, Guapimirim, Belford Roxo, Mangaratiba e Itaguaí. "A CPI não vai levar nenhum benefício ao Rio de Janeiro", resumiu Fernandes.

O presidente da Câmara, Aécio Neves (MG), o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, e o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Barjas Negri, também atuaram no convencimento a parlamentares.

O ministro dos Transportes, Eli-seu Padilha, deu atenção especial às bancadas do Ceará, do Maranhão, de

Minas Gerais e da Bahia. Em sintonia com o ministro do Planejamento, Martus Tavares, foi acertado o agendamento para a liberação de verbas para rodovias nos quatro estados. Francisco Dornelles, que voltou a ser deputado para trabalhar na Câmara o esvaziamento da CPI, atuou além das fronteiras do PPB. Foi responsável pela retirada de sete assinaturas de aliados. Tinha a oferecer, segundo líderes governistas, postos em delegacias do trabalho em todo o país.

Emendas e cargos não foram a única moeda de troca. No PMDB, dividido com o enfraquecimento de Jader Barbalho, foram fechados acordos sobre participações nos coman-

dos nacional e regional do partido. Barbalho anunciou que deixa a presidência nacional do PMDB e dá lugar ao senador Maguito Vilela (GO). Fica adiado assim o plano de ganhar tempo para encontrar uma fórmula que permitisse a substituição de Jader por um nome ligado ao atual comando do partido e que não ofereça ameaças ao Planalto.

Em contrapartida, o PMDB governista apostava na retirada das assinaturas dos deputados goianos Euler Moraes, Geovan Freitas e Luiz Bittencourt. Até as 18h, eles resistiam às investidas, reforçadas pelo senador Iris Rezende, pelo ministro de Políticas Regionais, Ovídeo de Angelis, e pelo

governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. O PMDB, no entanto, estava certo de que o próprio Maguito acabaria convencendo seus liderados.

O controle do comando do PMDB paulista também convenceu os deputados Milton Monte, José Índio e João Eduardo Dado a desistir da CPI. Foi ontem de manhã, numa conversa com o coordenador da bancada, Jorge Tadeu Mudalen. Milton Monte planeja ser o presidente do diretório paulista do partido e levou consigo a promessa de apoio da cúpula nacional. E no rol de argumentos, Mudalen, seguindo a linha do Planalto, jogou o do palanque que estava sendo montado para a oposição. "Você querem eleger o José Genoíno em São Paulo?".

Além da negociação política, foi decisivo para o sucesso da operação determinada por FH o golpe preparado por governistas para a oposição. Por insistência do líder do PT, Walter Pinheiro, foi marcada uma reunião de líderes de todos os partidos para definir uma data urgente para a realização da sessão do Congresso para a leitura do requerimento da CPI. Parecendo cordato, Jader marcou para ontem às 13h. Diante dos insistentes protestos de Pinheiro, anunciou então que convocaria sessão do Congresso para duas horas depois. Os governistas já tinham as cartas necessárias para invalidar o requerimento. A maior parte dos parlamentares já havia embarcado para seus estados. Eram ínfimas as condições de constrangimento dos que voltaram atrás. Por margem de segurança, os governistas tomaram outra precaução. Barbalho enviou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara consulta sobre a constitucionalidade do pedido de CPI. O vice-líder do governo, Alberto Goldman (PSDB-SP), apresentou questão de ordem com o argumento de que a CPI é inconstitucional por listar 19 denúncias, em vez de um fato determinado.